

**CRESCIMENTO URBANO DESORDENADO NO MUNICÍPIO DE
PONTA DE PEDRAS NA ILHA DO MARAJÓ:**

Um estudo de caso do bairro do Carnapijó

**DISORDERED URBAN GROWTH IN THE PONTA DE PEDRAS
MUNICIPALITY OF MARAJÓ ISLAND:**

A case study of the Carnapijó district

**CRESCIMIENTO URBANO DESORDENADO EN LA COMARCA DE PONTA
DE PEDRAS EN LA ISLA DEL MARAJÓ:**

Un estudio de caso del barrio de Carnapijó

João Gabriel Pinheiro Huffner

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia – UNAMA. Professor do Curso de Bacharelado em Turismo da Faculdade Pan Amazônica – FAPAN. Técnico em Nível Superior efetivo da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Professor Eidorfe Moreira – FUNBOSQUE.
pinheirohuffner@yahoo.com.br

Ana Rosa Ferreira Oliveira

Especialista em Ordenamento Territorial Urbano pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Bacharel em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Professora da Universidade de Santo Amaro – UNISA.
admanaferrera@gmail.com

Recebido para avaliação em 01/03/2017; Aceito para publicação em 11/04/2017.

RESUMO

O crescimento urbano desordenado representa uma realidade comum à maioria dos municípios brasileiros, fato que foge ao controle das diversas instituições e órgãos de planejamento do uso e ocupação do solo urbano, gerando novos desafios à governança urbana local, incluindo a mitigação dos diversos problemas sociais, ambientais e econômicos que emergem das relações desencadeadas pela ausência de ações concretas no contexto das políticas sociais e intervenções estruturais. Destarte, descortina-se enquanto objeto de estudo desta pesquisa, o município de Ponta de Pedras no Estado do Pará, com recorte especial ao bairro do Carnapijó, tendo como objetivo central discutir sua dinâmica do crescimento urbano desordenado, caracterizada pela ocupação de áreas impróprias, habitações precárias e a falta de acesso da população que habita o bairro a serviços básicos, refletindo sobre possíveis causas e consequências e suas interfaces com as fragilidades político-administrativas locais. Nesse sentido, enquanto procedimentos metodológicos adotou-se a pesquisa bibliográfica para subsidiar a discussão pertinente ao tema e, por conseguinte, a aplicação de entrevistas junto aos moradores do bairro, visando identificar os principais fatores que compõem o cenário de degradação humana, social e ambiental proveniente do crescimento urbano desordenado do bairro do Carnapijó em Ponta de Pedras. Os resultados obtidos apontam para um cenário de precariedade estrutural, baseado na ausência de serviços básicos e na inércia do poder público diante do processo de ocupação desordenada do Carnapijó.

Palavras-chave: Ocupação Desordenada; Ordenamento Territorial; Periferização.

ABSTRACT

Disorganized urban growth represents a common reality to most Brazilian municipalities. That is outside the control of several urban planning institutions and governmental organizations. It creates new challenges for local urban governance, including mitigation of social, environmental and economic problems, which arise from the absence of concrete actions in social policies and structural interventions. Thus, this research aims to discuss the dynamics of disordered urban growth in the Carnapijó district located in Ponta de Pedras municipality, in the State of Pará. It is characterized by the occupation of improper areas, precarious housing and the lack of access of the local population to basic services, reflecting on possible causes and consequences and their interfaces with local political-administrative weaknesses. We conducted a bibliographic research and interviews with the local residents to identify the main factors that make up the scenario of human, social and environmental degradation arising from the disorderly urban growth of the district. The results showed a scenario of structural precariousness due the absence of basic services and the public power negligence in the process of disordered occupation of the Carnapijó.

Keyword: Disorderly Occupation; Territorial Planning; Peripherization.

RESUMEN

El crecimiento urbano desordenado representa una realidad común a la mayoría de las comarcas brasileñas, hecho que escapa al control de las diversas instituciones y órganos de planeamiento del uso y ocupación del suelo urbano, generando nuevos desafíos a la gobernanza urbana local, Incluyendo la mitigación de los diversos problemas sociales, ambientales y económicos que emergen de las relaciones desencadenadas por la ausencia de acciones concretas en el contexto de las políticas sociales e intervenciones estructurais. Así, se revela en cuanto objeto de estudio de esta pesquisa, la comarca de Ponta de Pedras en el Estado de Pará, con recorte especial al barrio de Carnapijó, teniendo como objetivo central discutir su dinámica del crecimiento urbano desordenado caracterizada por la ocupación de áreas impropias, viviendas precarias y la falta de acceso de la población que habita el barrio a servicios básicos, reflexionando sobre posibles causas y consecuencias y sus inflexiones con las debilidades político-administrativas locales. En este sentido en cuanto procedimientos metodológicos se ha adoptado la pesquisa bibliográfica para subsidiar la discusión pertinente al tema y, Por lo tanto, la aplicación de entrevistas a los vecinos del barrio, con el objetivo de identificar los principales factores que componen el escenario de degradación humana, social y ambiental proveniente del crecimiento urbano desordenado del barrio de Carnapijó en Ponta de Pedras. Los resultados obtenidos apuntan a un escenario de precariedad estructural, basado en la ausencia de servicios básicos y en la inercia del poder público frente al proceso de ocupación desordenada de Carnapijó.

Palabras-clave: Ocupación Desordenada; Ordenación Territorial; Periferización.

INTRODUÇÃO

O padrão de desenvolvimento e crescimento urbano das pequenas e médias cidades amazônicas obedece a uma lógica regional, baseada em novas formas de ocupação e concentração populacional. Neste contexto, o arquipélago do Marajó merece atenção especial, por se tratar de uma região rica em biodiversidade e na concentração de pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano e social.

O processo de adensamento urbano¹ é heterogêneo, possui múltiplas facetas sociais, ambientais, culturais e econômicas, que vigoram de acordo com as especificidades de cada território. Segundo Santos (2005), existe certa racionalidade recentemente atingida sobre as peculiaridades do processo urbano no caso do Brasil, pois, o desenvolvimento urbano brasileiro ocorreu com atraso em relação aos países latino-americanos, e esteve conectado aos fortes movimentos migratórios internos.

Atualmente, o espaço geográfico brasileiro converge para duas realidades distintas, a das grandes metrópoles e capitais, sustentadas no crescimento urbano desordenado, periferização e degradação socioambiental; e por outro lado, os municípios do interior, localizados em regiões distantes dos centros administrativos e financeiros, mas que por questões políticas, econômicas e ambientais, apresentam características próximas aos grandes aglomerados urbanos no que tange à ausência de infraestrutura, e ao crescimento demográfico em áreas de ocupação irregular, além da falta de acesso a serviços essenciais (DEAK & SCHIFFER, 1999).

No contexto Amazônico, o cenário urbano é cada vez mais heterogêneo, fruto de aspectos relacionados à sua forma de ocupação, formação territorial, exploração de seus recursos naturais, atividades econômicas, entre outros fatores, ações e acontecimentos, que juntos ajudaram a constituir paulatinamente o que hoje é uma espécie de mosaico territorial. Em tal contexto, o município de Ponta de Pedras, localizado na região sudeste da Ilha de Marajó - Estado do Pará, possui características peculiares que instigaram ao desenvolvimento dessa pesquisa, no intuito de contribuir para a compreensão do processo de crescimento urbano local a partir da periferização e longe do sentido pejorativo do termo, mas enquanto morfologia reveladora da segregação urbana (VITTE, 2010), identificada junto ao surgimento de ocupações em áreas impróprias nas mediações do centro urbano municipal, tendo como recorte espacial o bairro do Carnapijó.

Neste contexto, o município de Ponta de Pedras apresenta um crescimento demográfico praticamente equitativo entre os ambientes rural e urbano se levarmos em conta os recentes dados do IBGE, porém, com fenômenos implícitos que colaboram para uma realidade local singular, onde a convergência desses fenômenos resulta em problemas de ordem ambiental, como a ausência de gestão de resíduos sólidos, a ocupação de áreas alagadas impróprias para a moradia e, de ordem social como a violência, o desemprego e o

¹Para fins conceituais emprega-se neste a definição demográfica de “Urbano”, amplamente difundida em HAUSER (1975) como o local de proporção populacional elevada, onde situam-se os centros político-administrativos e com economia não voltada à agricultura.

tráfego de drogas, problemas estes não alcançados por soluções governamentais efetivas, refletindo a realidade político-econômica, e administrativa municipal deficitária.

No caso específico de Ponta de Pedras, compreende-se a relação direta entre as fragilidades econômicas, sociais e político administrativas locais com o cenário degradante vislumbrado no estudo de campo do bairro do Carnapijô.

O que se confirma nos postulados de Castells (2000), o qual afirma que devido ao desenvolvimento político, econômico e social dos territórios e em sua formação populacional surgem mudanças e novos padrões, como o enfraquecimento da base social-rural transformando a relação do homem com o meio.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA

O município de Ponta de Pedras está localizado a leste da Ilha do Marajó, na microrregião de campos (Figura 1), limitando-se ao norte com o município de Santa Cruz do Arari; ao sul com rio Pará; a leste com o município de Cachoeira do Arari e baía do Marajó e, a oeste com os municípios de Muaná e Anajás. Está a 44 km de Belém, o acesso é possível apenas por meio de embarcações ou avião monomotor fretado.

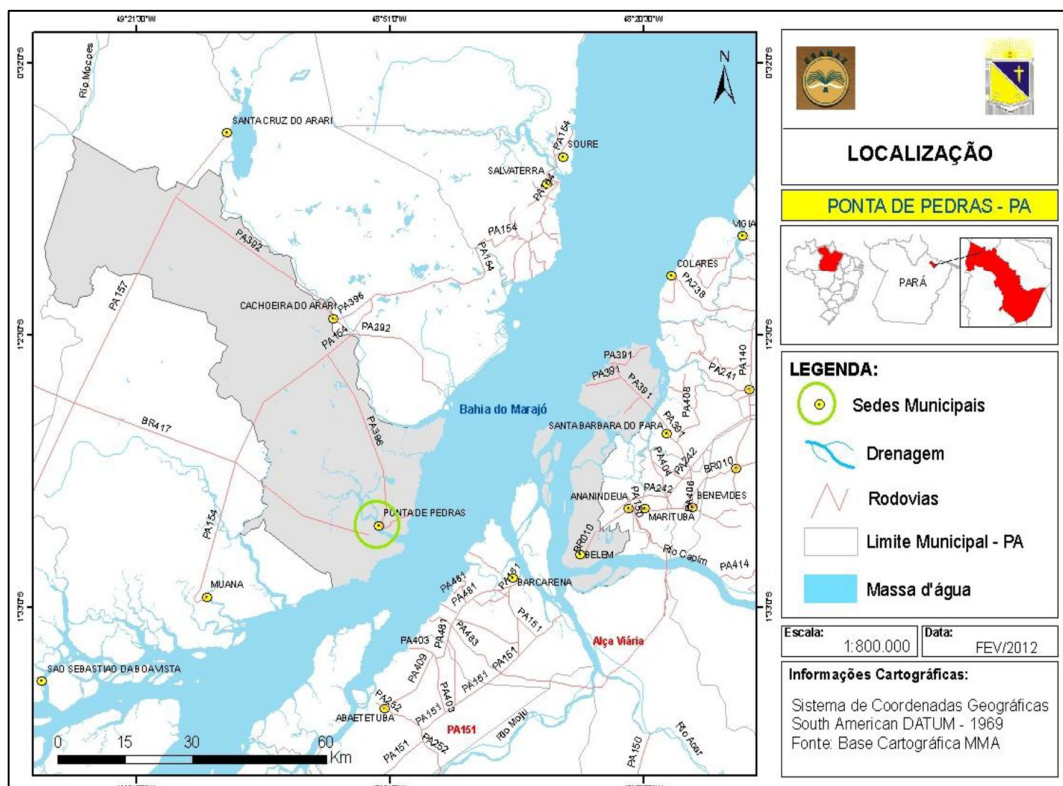


Figura 1 – Localização do município de Ponta de Pedras – PA
Fonte: Inventário da Oferta Turística de Ponta de Pedras (2012).

O nome do município tem tudo a ver com a topografia local. Na Baía do Marajó, pouco antes de chegar à cidade, uma faixa de pedras identifica a pirâmide de pedra onde está um farol que marca a entrada do rio Marajó-Açu. Antes de ser chamado de Ponta de Pedras o município já recebeu as denominações de Itaguary e Mangabeira, este por causa de sua famosa praia da Mangabeira, conhecida entre moradores e visitantes, onde se instalaram os padres mercedários, que chegaram à região por volta de 1.700 para catequizar os índios Muaná (VER-O-PARÁ, 2000).

Ponta de Pedras possui população estimada em 29.700 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), sendo que cerca de 60% dos habitantes vive na área rural. Sua extensão territorial é de 3.365,148 Km², com densidade demográfica de 8,83 Hab./km² (FAPESPA, 2016).

Sua base econômica sustenta-se no comércio incipiente e deficitário, agricultura, pecuária, atividades de extração vegetal, e administração pública, o que conduz a um cenário econômico fragilizado, com um Produto Interno Bruto de apenas 165.253 mil reais, ocupando o 113º lugar entre os 144 municípios paraenses (FAPESPA, 2016). O cenário de ausência de perspectivas econômicas vivenciado por grande parte dos municípios, fortalecido por problemas sociais como o desemprego, problemas familiares, as drogas, a prostituição e o encarecimento do solo urbanizado, fazem com que pequenos núcleos urbanos como Ponta de Pedras tenham um crescimento vertiginoso de áreas ocupadas irregularmente. Muitas vezes a ocupação ocorre em áreas totalmente impróprias ou que apresentam extremo risco à saúde e qualidade de vida dos ocupantes.

O entendimento sobre as lógicas que estruturam a diversidade da ocupação urbana na Amazônia brasileira tornam o assunto ainda mais interessante, pois, remete à reflexão sobre a formação histórica do espaço amazônico, o que é corroborado pelos postulados de Milton Santos, ao propor em 1977 o conceito de formação “socioespacial” como elemento chave à compreensão das dinâmicas que moldam o espaço/território, tendo parâmetros como a divisão do trabalho, os impactos da atuação governamental e as desigualdades econômicas e sociais enquanto balizes da reestruturação do espaço urbano (RANGEL, 2011).

Neste contexto, Ponta de Pedras, objeto de análise deste estudo, possui características homogêneas ao processo de urbanização regional, porém, com singularidades que denotam a importância de fatores como a economia e a geografia do lugar para a discussão da realidade local em questão. De tal forma, o crescimento urbano do município pode ser verificado tanto no aumento da população urbana apesar de ser

menor que a rural, quanto pela expansão territorial da cidade sede (Figura 2), pois, segundo Costa et al. (2012) o município expandiu sua área urbana em 1,3 km² durante as décadas de 1970 e 2010, principalmente com o surgimento de novos bairros, como o da Rodovia da Mangabeira e o Carnapijó, todos ocupações sem infraestrutura básica e regularização fundiária.

O bairro do Carnapijó, em Ponta de Pedras é a materialização dos argumentos supracitados, é um bairro recente, fruto da ocupação irregular e com diversos problemas de ordem social e ambiental. O Carnapijó é um dos bairros mais populosos do município de Ponta de Pedras, onde residem 2.611 pessoas (IBGE/FAPESPA, 2016), característica esta que o distingue dos outros bairros do município, por se tratar de uma área de grande concentração de pessoas provenientes de comunidades próximas e até de outras cidades em “busca” de novas oportunidades de emprego, moradia, educação, saúde e qualidade de vida, onde as relações econômicas e sociais constituem a dinâmica da materialidade do lugar (SANTOS, 1977).

A figura 2 ilustra a evolução urbana central e periférica de Ponta de Pedras demonstrando um crescimento considerável, tanto de sua área central (cidade sede) como das áreas periféricas a partir do surgimento de novos bairros, a exemplo do Carnapijó. O crescimento apresentado na imagem (Figura 2) não possui um difusor concreto, porém, variáveis fundamentais servem de influência para o seu desencadeamento, entre elas, a concentração das funções administrativas, comércio local, equipamentos de educação, saúde e lazer, assim como a base para o escoamento da produção agrícola no centro urbano da cidade servem como impulsionadores para a atração de pessoas e ocupação de áreas periféricas próximas (LOPES, 2009).

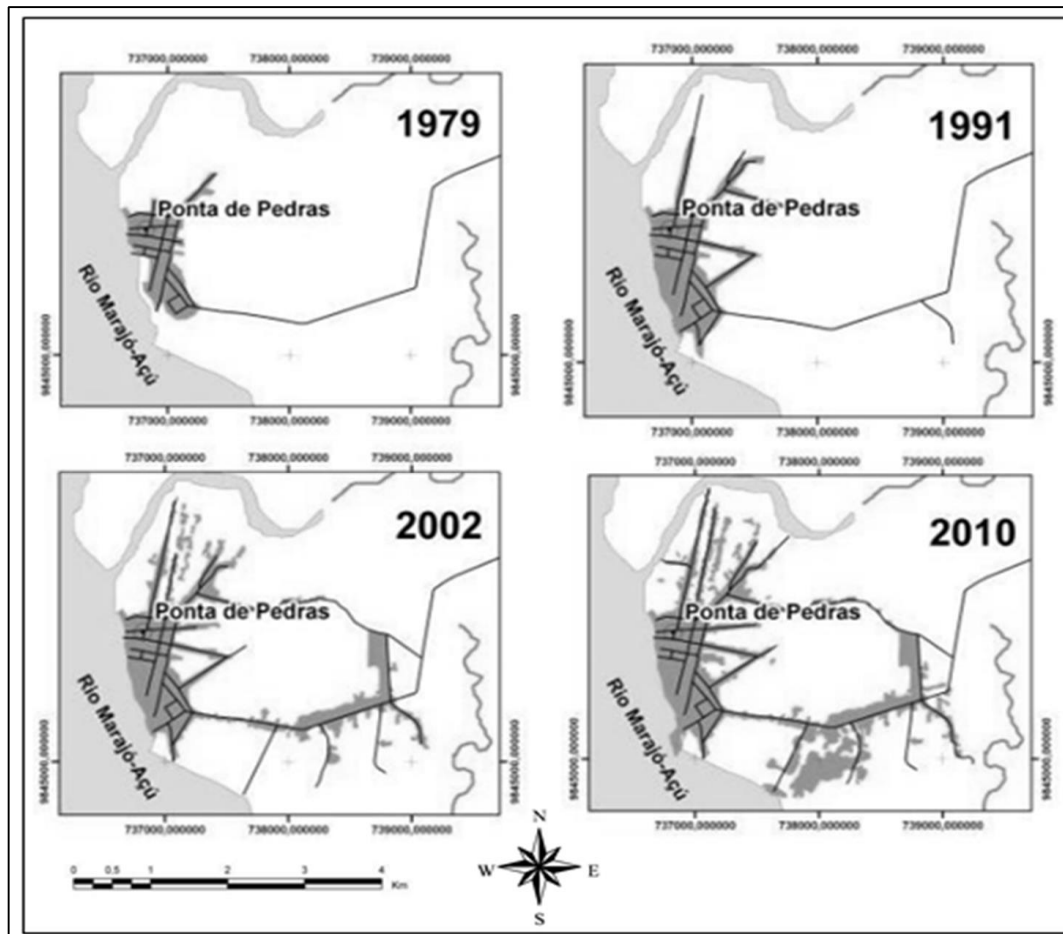


Figura 2 – Evolução urbana central e periférica de Ponta de Pedras 1979 – 2010
Fonte: Adaptado de Costa et al. (2012).

De acordo com Brondizio (2008), na década de 1990, Ponta de Pedras já possuía um perímetro urbano bem definido, porém, com um cenário contrário ao panorama regional de crescimento, pois, sua população concentrava-se em grande maioria na área rural, principalmente devido à grande produção de Açaí, base da economia extrativista local.

De tal forma é possível perceber como atividades econômicas influenciam a distribuição demográfica e o estabelecimento da população, seja no ambiente urbano ou rural, conforme o conceito de formação socioespacial difundido por Santos (1977). Segundo IBGE (2000, 2010) apud Rocha (2011), Ponta de Pedras apresentou um crescimento populacional de 28% em uma década entre os anos de 2000 e 2010, e hoje conta com um número de habitantes de 25.989.00 (vinte e cinco mil e novecentos e oitenta e nove) distribuídos entre 48% na área urbana e 52% na área rural. Estes números apontam para um contingente populacional superior na área rural, porém, nota-se o crescimento da população urbana em detrimento do surgimento de novas ruas, ocupação de áreas alagadas

e migração de pessoas dos campos para a cidade, pois, no município a maioria da população é oriunda de povoados e comunidades rurais ou tem algum tipo de descendência direta com habitantes rurais segundo dados do IBGE (2010) (MONTTOIA, 2010).

Com o avanço da ocupação de áreas periféricas ao centro da cidade surgem novos padrões habitacionais correspondentes ao nível de renda dos seus habitantes. As figuras 3 e 4 ilustram os dois tipos de moradia encontrados no bairro.



Figura 3 – Fundação de Alvenaria



Figura 4 – Casa de Madeira (Palafitas)

Fonte: Oliveira e Huffner (2016).

O primeiro tipo denominado de “palafitas”, conceitualmente definido como um padrão de habitação suspensa por estacas de madeira, as quais se interligam através de pontes de madeira construídas em áreas alagadas, sujeitas à influência da variação das marés. O outro tipo são as casas de alvenaria, erguidas com tijolos, pedras brutas, cantaria entre outros materiais rígidos, unidos por meio de argamassa, cimento e gesso, o que comprova que o crescimento urbano periférico denotado pelo bairro do Carnapijó não é acompanhado de desenvolvimento infraestrutural e social, sem acesso ao saneamento e serviços básicos.

PLANEJAMENTO, ORDENAMENTO TERRITORIAL E ESPOLIAÇÃO URBANA EM PONTA DE PEDRAS

Ponta de Pedras apresentou nos últimos trinta anos um crescimento expressivo da população urbana em detrimento da estagnação da população rural (IBGE/FAPESPA, 2010). Tal crescimento se materializou no território sob o traçado irregular, desconexo e

com formas disparatadas de ocupação do solo percebidas nos novos “bairros” emergentes do processo de avanço desordenado da área urbana. Bolaffi (1982) descreve que o padrão periférico e descontínuo da mancha urbana é fenômeno comum às pequenas cidades brasileiras. Segundo Montoia (2010), Ponta de Pedras está dentre os 288 municípios amazônicos que possuem uma média pouco acima de 20.000 (vinte mil) habitantes, de um total de 449 municípios da região. Ou seja, está inserido no contexto dos municípios considerados pequenos. De acordo com o IDESP (2011) Ponta de Pedras possui uma média de 7,68 habitantes por km², ou seja, uma vasta extensão territorial com baixa densidade antrópica, com uma taxa de 100,66% de variação no crescimento demográfico em trinta anos. A tabela 1 apresenta o crescimento da população urbana e rural em Ponta de Pedras nos períodos de 1980 a 2010 caracterizando um avanço considerável tanto do contingente populacional urbano quanto do rural.

Tabela 1 – População Segundo Situação da Unidade Domiciliar (1980 – 2010)

Anos	Urbana (hab.)	Rural (hab.)
1980	2.928	9.948
1991	5.866	10.634
1996	7.351	10.054
2000	8.641	10.053
2010	12.429	13.560

Fonte: IBGE/FAPESPA (2010).

Por meio da Tabela 2, pode-se observar nitidamente o aumento da taxa de urbanização nos períodos que compreendem os anos de 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007, o que corrobora os argumentos citados ao longo do texto.

Tabela 2 – Indicadores Demográficos (1980 – 2010)

Indicadores	1980	1991	1996	2000	2010
Razão de Sexo	108,18	110,92	106,73	107,55	107,44
Taxa de Urbanização	22,74	35,35	42,23	46,22	46,22
Razão de Dependência	105,42	100,07	87,98	-----	-----
Índice de Envelhecimento	10,08	9,25	10,71	-----	-----
Taxa de Incremento Geométrica	-----	2,28	1,07	1,80	3,32

Fonte: IBGE/FAPESPA (2010).

Um aspecto importante na concepção espacial do desenvolvimento regional é o controle do processo de crescimento dos aglomerados urbanos. Destarte, o Art. 182 da Constituição Federal de 1988, dispõe que: “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por

objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988, art. 182).

Para Mota (2003), o planejamento com base no ordenamento territorial embora seja atribuição municipal, não deve se limitar à cidade, vinculando-se ao meio rural e à escala regional. Os recursos ambientais a serem considerados no planejamento de uma cidade muitas vezes extrapolam os seus limites, integrando uma bacia hidrográfica ou uma região mais ampla.

Dentre os artigos promulgados pela Constituição Federal de 1988 está o Estatuto das Cidades, documento incumbido de regulamentar e subsidiar políticas de ordenamento do crescimento urbano com fins de preservação da função social da cidade. O Estatuto da Cidade salienta o Plano Diretor como instrumento básico de política urbana visando à busca ao acesso igualitário de todo cidadão à cidade, e direciona aos municípios através de seus planos diretores a função de definir as formas de garantir a função social da cidade e da propriedade, e o meio ambiente equilibrado, disponibilizando instrumentos de uso e ordenação do solo urbano e rural.

O ordenamento territorial urbano é uma ferramenta de planejamento, ou seja, a forma de gerenciar os espaços em um determinado território, com a finalidade de garantir os resultados da gestão. É fundamental para superar os desafios enfrentados pelas cidades e municípios (HUFFNER, 2014). Precisa ser conduzido na escala macrorregional. A delegação aos estados da tarefa de planejar a ocupação dos respectivos territórios ignora a crescente discrepância entre as divisas políticas, as fronteiras econômicas e os espaços a serem preservados, além de provocar conflitos decorrentes da disputa por atração de atividades que trazem vantagens econômicas financeiras imediatas [...] (HADDAD, 2002, p. 26-27).

Vale salientar o enfoque do ordenamento territorial destacado por Macedo (1994, p.68), que, em síntese, “consiste em compatibilizar as necessidades do homem relacionadas com a ocupação e o uso do solo, com a capacidade de suporte do território que pretende ocupar.” A ocupação a ser procedida envolve estruturas e equipamentos destinados às atividades essenciais da habitação, educação, saúde, energia, produção, transportes, comunicação, cultura e lazer, o que condiz com o exposto teoricamente no Plano Diretor do Município de Ponta de Pedras no Capítulo I, art.º 32 do § III:

Promover a distribuição de usos e a intensificação do aproveitamento do solo de forma equilibrada em relação à infraestrutura, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar a sua ociosidade ou sobrecarga e otimizar os investimentos coletivos (PONTA DE PEDRAS – PDU, 2007, Cap. I, art. 32).

Para Santos (1996, p. 41),

As especializações do território do ponto de vista da produção material, assim criadas são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, conforme avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e a diversidade da sua produção.

No entanto, a exigência maior, parte da responsabilidade local sobre a gestão socioambiental e do direcionamento de políticas, programas e ações com intuito de ordenar o uso e ocupação do solo, prover a comunidade de condições favoráveis à sadia qualidade de vida, ao contrário da realidade enfrentada pela população de baixa renda, que por diversos fatores, opta por ocupar áreas sem condições de habitação, sem acesso à água potável e outros recursos, vivenciando realidades conflituosas baseadas na desigualdade social, conforme é abstraído no conceito de espoliação urbana difundido por Kowarick (1983) (Figuras 5 e 6), ao afirmar que:

As cidades brasileiras, como palco de desigualdades sociais e conflitos, foram interpretadas com base no conceito de espoliação urbana, traduzindo os supostos da desigualdade em uma sociedade cujo desenvolvimento era acompanhado de formas variadas de "exclusão social". A espoliação urbana indicava a existência de privações ou carências que pareciam dispersas ou casuais: traduzia a continuidade das formas de extorsão instituídas no âmbito do trabalho, abarcando espaços outros de moradia, transporte e demais situações necessárias à sobrevivência dos indivíduos (KOWARICK, 1983 apud BARREIRA, 2010, p. 2).



Figura 5 – Abastecimento de água



Figura 6 – Acesso precário à água

Foto: Oliveira e Huffner (2016).

De acordo com Abelém (1988), normalmente não se questiona o que leva essa população a procurar áreas carentes de toda e qualquer infraestrutura física, analisando simplesmente os efeitos e não as causas. O que se observa é que a população sem ter resolvido seus problemas fundamentais, reproduz em outras áreas as mesmas condições de vida da área de onde foi retirada.

Alguns aspectos são necessários para entendermos a realidade da região amazônica como um todo, e assim como todos seus fragmentos que a compõe. O município de Ponta de Pedras, não poderia ter um cenário diferenciado. Para Santos (2005), as diferenças hoje notadas no território são, por isso, diferenças, sobretudo sociais e não mais naturais.

O povoamento regional amazônico nas últimas três décadas alterou estruturalmente o antigo padrão fundamentado na circulação fluvial e a ocupação a partir das margens dos grandes rios. As rodovias atraíram população para terra firme e para as novas áreas, abrindo grandes clareiras na floresta, e sob o influxo da nova circulação a Amazônia se urbanizou e industrializou, embora com sérios problemas socioambientais. A várzea e a terra firme, elementos históricos de organização da vida regional, embora esmaecidos, permanecem como pano de fundo (BECKER, 2005).

Para entendermos o crescimento urbano do município de Ponta de Pedras, devemos atentar para a percepção de moradia do cidadão local, ou seja, como funciona o “mecanismo” de crescimento da cidade. Neste momento deve-se ressaltar que existe uma gama de atributos que fazem do município de Ponta de Pedras um lugar impar, entre eles: a questão cultural, a religiosidade, a forte ligação com o rural, o potencial turístico, o folclore, a arquitetura histórica etc. Esses são alguns elementos que podem ser identificados com facilidade no cotidiano do “caboclo marajoara”, os quais influem no desenvolvimento e no sistema urbano do município.

METODOLOGIA

O processo metodológico deste trabalho se baseou no levantamento de fontes documentais e pesquisa de campo. Na etapa de campo foram coletadas informações por meio da aplicação de questionários qualitativos e quantitativos junto a trinta pessoas residentes no bairro do Carnapijó. O universo de moradores entrevistados foi delimitado por meio da amostragem probabilística aleatória onde todos os indivíduos podem fazer parte dos grupos pesquisados, e é uma técnica de pesquisa na qual um sistema preestabelecido de amostras é considerado idôneo para representar o universo pesquisado,

ou seja, um estudo de um pequeno grupo de elementos retirado de uma população estatística que se pretende conhecer.

A partir das informações coletadas que subsidiaram este trabalho, optou-se por uma abordagem investigativa com base qualitativa e quantitativa perante a forma como o problema foi discutido e analisado. De acordo com Lima (2011, p. 8) “a pesquisa qualitativa permite uma compreensão dos fenômenos estudados, através da atenção aos detalhes e do conhecimento sobre situações específicas”.

Neste caso, a pesquisa se caracteriza como qualitativa por explorar aspectos subjetivos de análise dos dados e do local de estudo, e quantitativa por utilizar métodos estatísticos para sintetizar e tratar as informações obtidas, tornando mensuráveis os resultados investigados. Neste sentido, este trabalho se enquadra como um estudo de caso, tendo o município de Ponta de Pedras, com recorte geográfico do bairro do Carnapijó enquanto unidade de análise. Yin (2011) explica que o estudo de caso se caracteriza pela coleta dos dados sobre determinada área ou situação a partir de variadas fontes. Deslandes e Minayo (2011) classificam o estudo de caso como um tipo de pesquisa de cunho exploratório e descritivo, que visa a aumentar o entendimento sobre fenômenos sociais complexos.

O formulário seguiu um padrão de não identificação com o intuito de deixar os entrevistados à vontade, evitando qualquer conflito que possa vir a comprometer a veracidade das informações repassadas. A pesquisa de campo foi realizada em Julho de 2016 em uma temporada de cinco dias no município de Ponta de Pedras. Os resultados obtidos estão dispostos em gráficos em conjunto à discussão pertinente a cada questionamento aplicado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de avaliar a situação socioeconômica e de moradia a qual se encontram a população do bairro do Carnapijó no município de Ponta de Pedras - Estado do Pará, foi aplicada pesquisa *in loco*, com uma amostragem de 30 pessoas.

A pesquisa foi realizada no mês de julho de 2016, onde foi aplicado um questionário com 12 perguntas fechadas. A seguir estão expostos os resultados obtidos em gráficos de modelo pizza.

Os gráficos 1 e 2 informam que mais da metade dos entrevistados são provenientes da zona rural de Ponta de Pedras em busca de qualidade de vida e acesso aos

serviços básicos oferecidos na zona urbana do município, reafirmando a ausência de políticas e ações que visem fixar o homem no campo, evitando a migração para o centro urbano.

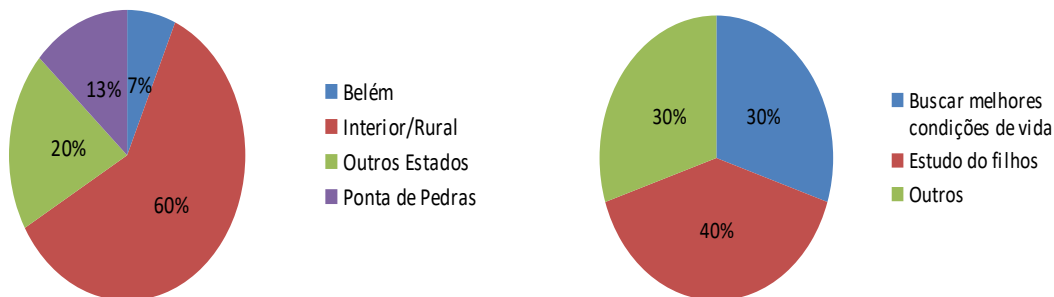


Gráfico 1 – Origem dos moradores do Bairro do Carnapijó

Gráfico 2 – Motivo da migração

Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

O gráfico 3 apresenta a faixa de renda dos moradores do Carnapijó, onde 57% dos entrevistados apresentam ganho mensal de até um salário mínimo, comprovando o ambiente de precariedade financeira das famílias que habitam o bairro. Esse dado é muito importante para a compreensão da realidade local, onde o Carnapijó é um reduto de segregação, constituído por famílias destituídas de perspectivas quanto ao futuro de seus filhos e possíveis melhorias de qualidade de vida. Um verdadeiro exemplo de espoliação urbana de acordo com conceito aplicado por Kowarick (1983).

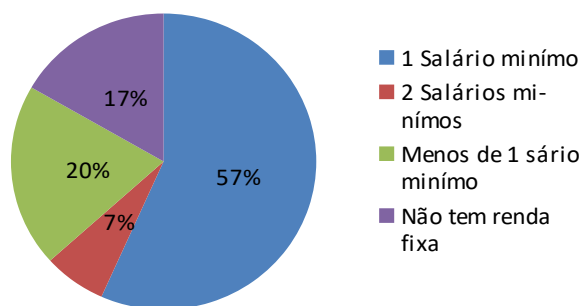


Gráfico 3 – Distribuição de renda entre os moradores

Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

Um item muito importante no contexto da pesquisa está representado no gráfico 4, referente a 84% de entrevistados que não possuem o ensino fundamental completo. A justificativa para essa situação foi praticamente unânime entre os entrevistados, com a

afirmação de que tiveram que parar de estudar para poder trabalhar, e assim obter o sustento de suas famílias.

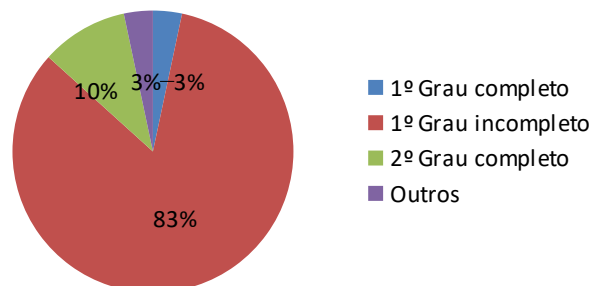


Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos entrevistados
Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

O questionamento aplicado no gráfico 5 refere-se ao motivo que levou a residir no Carnapijó. Nesse sentido, 57% dos entrevistados alegaram: a família já morava na local, o terreno era de herança, indicação de amigos que já moravam no local, era mais perto do centro da cidade, a casa foi emprestada por um amigo, uma área pouco perigosa, tranquilidade, etc. Esses e outros indicadores representam a exclusão social que o capital promove ao segregar populações de baixa renda em áreas desestruturadas, onde a especulação não alcançou e o preço da moradia é o reflexo da ausência dos serviços básicos (SANTOS, 2005).



Gráfico 5 – Motivo de residir no Carnapijó
Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

A questão da composição familiar em cada residência é muito importante, pois influi na renda doméstica e na qualidade de vida no ambiente doméstico devido à relação de conforto proporcional ao número de pessoas que moram no mesmo ambiente. Destarte, o gráfico 6 demonstra que em 94% das casas reside apenas uma família o que é um bom indicativo, e em 3% moram 2 famílias na mesma casa, e também com percentual

de 3% utilizou-se o recurso outro, caracterizado por conta de duas filhas terem constituído família e continuarem morando na casa dos pais. Esse tipo de informação é recorrente em pesquisas socioeconômicas atuais, pois, corrobora a realidade da escassez de moradia e a dificuldade financeira de grande parte da população em possuir um imóvel próprio.

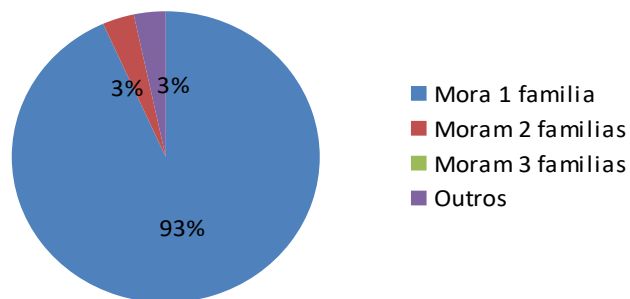


Gráfico 6 – Média de famílias por residência
Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

O tempo em que habita o local ficou evidente no gráfico 7, com 77% dos entrevistados respondendo pelo item outros: a maioria dos moradores já reside há muitos anos no bairro, ou seja, são pessoas pioneiras no local, foram os primeiros a ocupar a área, no entanto, mantiveram-se esquecidos e à margem de avanços sociais. 13% afirmam morar de 4 à 5 anos, 7% residem à 1 ano.

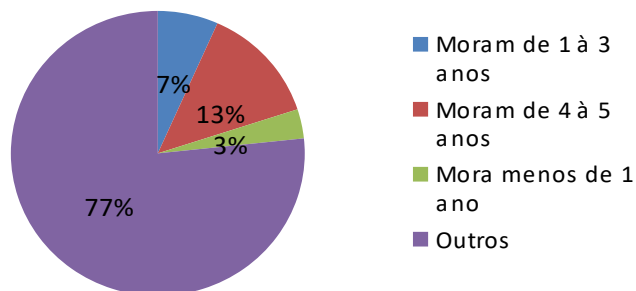


Gráfico 7 – Tempo de moradia no local
Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

O gráfico 8 trata sobre a incidência de energia elétrica na localidade. 93% dos entrevistados disseram que tem energia elétrica e 7% disseram não ter acesso ao sistema de energia elétrica. Tal questão torna-se de grande relevância por ser fundamental para a qualidade de vida do cidadão, pois, a necessidade de dispor de energia elétrica na residência influi na alimentação, na susceptibilidade ao ataque de animais peçonhentos, insetos e na impossibilidade em adquirir bens eletroeletrônicos.

Atualmente é inconcebível imaginar o ambiente doméstico saudável sem o acesso ao consumo da energia elétrica, tal como afirma Fournier e Penteado (2010, p. 2):

A energia, em suas mais variadas formas, sempre foi recurso essencial para o funcionamento e manutenção da vida em sociedade. A eletricidade destaca-se como um dos recursos energéticos fundamentais na sociedade contemporânea, tornando-se indispensável para a realização das diversas atividades diárias [...] utilizamos a eletricidade para efetuar as diferentes tarefas, como nos alimentar e conservar alimentos, para a comunicação e obtenção de informações, lazer, trabalho, estudo, dentre outros.

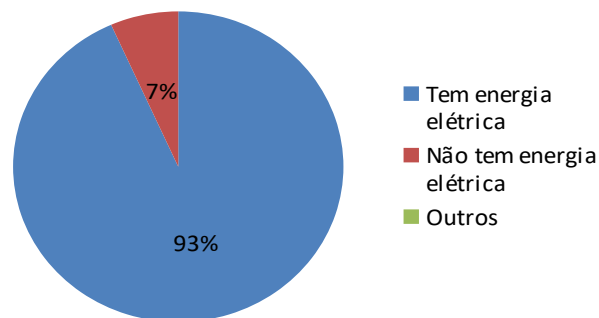


Gráfico 8 – Incidência de utilização de energia elétrica
Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

Outra questão de fundamental importância para esta pesquisa diz respeito à destinação dos resíduos produzidos pela população do bairro. De tal forma, ficou demonstrado no gráfico 9 que 53% dos entrevistados afirmam não receber a coleta de lixo, 27% dos entrevistados se enquadram na categoria outros e explicam que não existe um horário ou período fixo para a coleta da prefeitura, admitindo queimar seu lixo, e uma parcela dos entrevistados afirma jogar no fundo do quintal para a maré levar, e outros fazem uma separação onde uma parte é queimada e outra parte levam para um local onde é feito o despejo irregular.

Caldas (2007, p. 6) versa sobre o assunto ao afirmar que; “a inadequada disposição de resíduos sólidos no meio ambiente pode gerar diversos impactos a elementos como a água que pode ser contaminada por componentes presentes nos resíduos ou pelo chorume produzido a partir de sua decomposição”.

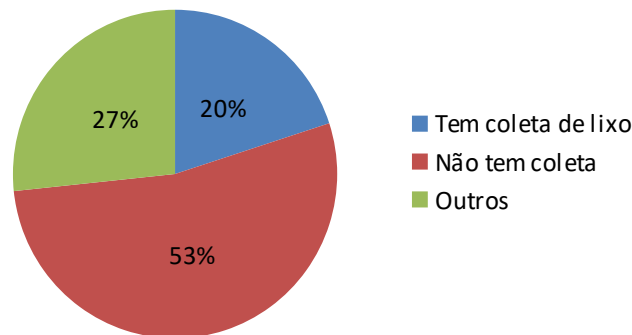


Gráfico 9 – Destino do lixo
Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

O gráfico 10 aduz à questão do saneamento básico. Neste aspecto, cerca de 93% dos entrevistados afirmam não ter acesso ao sistema de saneamento básico, tanto para coleta de dejetos e águas usadas, quanto para o abastecimento de água tratada, o que faz com que a tubulação das casas seja direcionada ao rio, e apenas 7% afirma ter acesso à estrutura de saneamento básico, porém, desconhecendo o assunto. Para Silva (2010, p. 7) “o saneamento básico desejável possui um conjunto de sistemas; sistema de água potável, sistema de coleta e tratamento de águas residuárias, sistema de limpeza pública e sistema de drenagem urbana”, o que não reflete a realidade presenciada do bairro Carnapijó.



Gráfico 10: Saneamento básico
Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

O último questionamento referente aos dados apresentados no gráfico 11 que trata da opinião do morador sobre o que ele considera como o maior problema do bairro Carnapijó. Neste sentido, 45% das pessoas apontaram a falta de água, 31% opinam sobre o desemprego, 14% apontam para a carência de saneamento básico, 7% consideram a falta de investimento em educação como o maior problema do bairro, e 3% apontam a ausência de assistência à saúde.

A realidade é que todos os problemas apontados compõem o cotidiano do morador do Carnapijó, sem exceção. Portanto, evidenciar a opinião do morador sobre o assunto é fundamental, pois, prova que o mesmo tem consciência sobre sua situação e o que é preciso para buscar outra realidade.

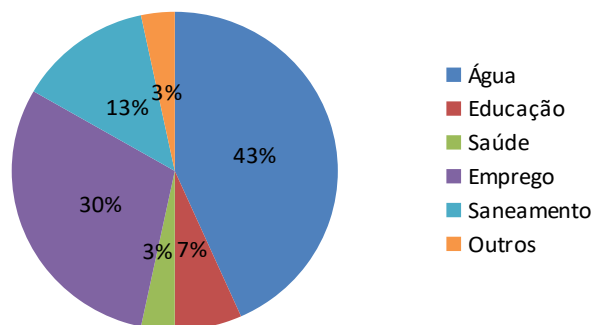


Gráfico 11 – Opinião dos moradores sobre os maiores problemas do bairro
Elaboração: Oliveira & Huffner (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando o conjunto de intervenções apresentadas, comprova-se no estudo de caso do bairro do Carnapijó em Ponta de Pedras, que o cenário vislumbrado se sucede por diferentes realidades e necessidades influenciadas por fatores políticos, sociais, econômicos e pela inércia da gestão governamental.

A pesquisa de campo aplicada no Carnapijó possibilitou perceber a migração de pessoas do meio rural para o urbano, principalmente motivadas por necessidades diversas como o acesso à educação e melhores oportunidades de emprego, gerando um cenário de ocupação de áreas impróprias para a moradia. Neste caso o que ocorre é uma espécie de degradação socioambiental, pois, percebe-se a relação direta entre o social e o natural e suas transformações cotidianas.

A realidade atestada a partir dos resultados do trabalho de campo reafirma o papel fundamental das esferas estadual e municipal em cumprir com o que rege os dispositivos legais vigentes direcionados ao ordenamento do território, haja vista que o bairro do Carnapijó, assim como o município de Ponta de Pedras, não está preparado e é impróprio para receber um número considerável de pessoas oriundas de outras localidades. Pois, o ordenamento territorial a partir de seus princípios legais pressupõe equacionar a relação entre os objetos, o homem e o meio na perspectiva da qualidade de vida (LOBO, 2007).

A partir desse momento inicia-se então uma série de problemas relacionados direta e indiretamente com o processo de crescimento urbano desordenado, a falta de condições dignas de moradia, assim como o nível incipiente de escolaridade das pessoas que ocupam o bairro, faz com que esse contingente de trabalhadores avance para a informalidade, pois o mercado formal exige conhecimentos específicos e formação mínima.

Com este estudo foi possível compreender aspectos que influenciam na dinâmica de crescimento de um bairro que enfrenta dificuldades em consequência principalmente do processo de ocupação desordenada, perpassando questões estruturais, sociais e econômicas.

Neste cenário, os problemas estruturais, relacionados ao saneamento e o acesso à água potável perpassam e corroboram a situação social dos habitantes, a percepção dos mesmos a cerca do meio que os circundam e uma série de outras variáveis que concomitantemente ao crescimento populacional e adensamento humano nas sedes municipais, constroem e reconstroem o espaço como produto das relações sociais (SANTOS, 1977).

A compreensão do urbano liga-se intrinsecamente às definições e significados de cidade e ao desenvolvimento de suas funções junto ao sujeito enquanto produtor desse espaço. Nesse sentido, segundo a geógrafa Bertha Becker (2004), Kampel (2001) e Donato (2010), a Amazônia é uma floresta urbanizada, sua população está majoritariamente concentrada nas cidades e núcleos urbanos, o que corrobora os argumentos supracitados ao longo deste estudo e significa a presença dos principais desafios recorrentes ao ordenamento territorial.

Ponta de Pedras é um município pequeno, com uma população distribuída entre o urbano e o rural, no entanto, com taxas de crescimento demográfico elevadas em sua sede municipal, e seu crescimento reflete a situação dos demais municípios marajoaras, com estrutura pública precária, economia deficitária, baixos índices de geração de emprego e renda, além das poucas oportunidades na educação e no mercado de trabalho.

Destarte, cabe à população local reivindicar seus direitos, seja por meio da organização social comunitária, buscando os meios legais para intervir na própria realidade com maior participação nos processos decisórios do direcionamento dos recursos e ações públicas, investimentos em infraestrutura e fomento à economia e inserção de atividades produtivas.

Vale ressaltar que as discussões a cerca da problemática urbana do município de Ponta de Pedras não se esgotam com este trabalho, pois, espera-se que este sirva como apoio referencial para novas pesquisas que subsidiem a formatação de um arcabouço

teórico sólido que ajude na condução de ações em prol de melhorias na qualidade da população local.

Com este trabalho percebe-se que pensar a Amazônia hoje em suas múltiplas dimensões é pensar o meio urbano e suas problemáticas, a segregação social, as desigualdades, a violência, a precariedade estrutural, a economia incipiente e a ausência do poder público na garantia constitucional dos direitos básicos à qualidade de vida da população e promoção do bem estar social.

Neste contexto, o planejamento urbano através da efetiva aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial é fundamental para o controle de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão de Ponta de Pedras, porém, isso requer o cumprimento de etapas que extrapolam a gestão municipal, necessitando de uma gestão compartilhada entre os diferentes entes governamentais, como a estruturação e capacitação da gestão municipal, com técnicos e recursos capazes de elaborar e gerenciar projetos e ações mitigadoras para os problemas em questão, assim como ao cumprimento e regulamentação do Plano Diretor Municipal em vigência.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléia Gomes. **Urbanização e Remoção: por que e para quem?** Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.

BARREIRA, Irllys. Alencar Firmo. **Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, 2010.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Editora Geramond, 2004.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982. Cap. 2, p. 37-70. (Coleção Urbanismo).

BRONDIZIO, E. S. **The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market**. New York: New York Botanical Garden Press. 2008. 400 p.

CALDAS, Ana Helena Mousinho. **Análise da disposição de resíduos sólidos e da percepção dos usuários em áreas costeiras – um potencial de degradação ambiental**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gerenciamento e tecnologias Ambientais no Processo produtivo) – Departamento de Engenharia Ambiental, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2007.

COSTA, S. M. F.; MONTAIA, G.; RANGEL, J. A. LIMA, V. M.; ISSA, P. **Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras. Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, p. 56-74, 2012.

DONATO, A. V. M. **Expansão urbana e periferização em Santarém - PA: Estudo sobre o vetor da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163). ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS**, 16. Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: AGB, 2010.

DUARTE, A. (Org.). **O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

EGLER, C. A. G. **Dinâmica Espacial e Rede Urbana na Amazônia**. Boletim Regional, Ministério da Integração Nacional, v. 1, n. 2, p. 6-13, maio/ago. 2006.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS, FAPESPA. **Estatísticas Municipais Paraenses: Ponta de Pedras**. Belém: Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação, 2016.

FOURNIER, A. C. P.; PENTEADO, C. L. de C. **Energia Elétrica no Setor Residencial à luz do Consumo Consciente: resultados do estudo de caso no município de Santo André (SP). ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010.

HADDAD, Paulo; REZENDE, Fernando. **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia, 2002. 146 p.

HAUSER, Philip Morris. **Estudo de Urbanização**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.

HUFFNER, J. G. P.; NUNES, C. S. M.; ROCHA, G.M. **O cenário urbano do município de Ponta de Pedras na Ilha do Marajó – PA** Boletim Amazônico de Geografia, v. 1, p. 69-87, 2014.

HUFFNER, J. G. P.; BELLO, L. A. L. **Análise dos impactos ambientais da expansão urbana na Ilha de Cotijuba, Belém-PA**. Revista Caminhos de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia - UFU, v. 13, p. 286-298, 2012.

KAMPEL, Silvana Amaral et al. **Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia**. Programa de Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas, Ação, Métodos, Modelos e geoinformação para a gestão ambiental. Ministério da Ciência e Tecnologia - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2001. (Relatório Técnico).

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Amazônia, Meio Ambiente Urbano e o Estatuto da Cidade**. In: ROCHA, Gilberto de Miranda. **Gestão Ambiental: desafios e experiências municipais no estado do Pará**. Belém: NUMA-UFPA; EDUFPA, 2007.

LOPES, Diva Maria Ferlin. **Cidades pequenas são urbanas? O urbano possível. Revista Bahia Análise & Dados** (Cidades: Conceitos, Processos e História), Salvador,

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 19, n. 2, p. 395-412, jul./set. 2009.

MACEDO, Ricardo Kohn de. **Gestão ambiental**: os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territórios e de unidades produtivas. Rio de Janeiro: ABES/AIDIS, 1994. 284 p.

MONTOIA, Gustavo Rodrigues Milaré. **Planejamento participativo em pequenas cidades da Amazônia**: o estudo de caso no município de Ponta de Pedras – PA. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

_____. Conferência Nacional do Meio Ambiente. **Conferência Infanto-juvenil para o meio ambiente**. Vamos cuidar do Brasil. Deliberações, 2003. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2004.

PONTA DE PEDRAS, **Plano diretor municipal**. Prefeitura municipal de Ponta de Pedras, 2007.

ROCHA, G. M. (Org.). **Município e território**. Belém do Pará: NUMA/UFPA, 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, (Coleção Milton Santos; 6), 2005.

SANT'ANNA NETO, João. **A abordagem Sistemática nas Relações Sociedade Natureza**. **Caderno Prudentino**, Presidente Prudente, n. 13, p. 61-66, 1991.

SETUR/PARÁ. **Inventário da Oferta Turística de Ponta de Pedras - PA**, 2012.

SIRVINSKAS, Luís Paulo (Org.). **Legislação de Direito Ambiental**: Constituição Federal: legislação. 10. Ed. São Paulo: Rideel, 2015. 547 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para Pensar as Pequenas e Médias Cidades Brasileiras**. Belém: FASE/ ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

VEIGA, José Eli da. **A Emergência Socioambiental**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. 304p.